

E a liberdade tem sabor de realidade: banditismo social na Palestina romana

And freedom tastes of reality: social banditry in Roman Palestine

Marcos Roberto Pirateli*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o banditismo social na Palestina romana. A investigação parte da articulação de duas categorias teóricas, a saber, *grupos sociais subalternos* (classes exploradas e sob opressão), de Antonio Gramsci, e *banditismo social* (formas arcaicas de movimento social), de Eric Hobsbawm. A fonte privilegiada é *A Guerra Judaica*, de Flávio Josefo. As incursões violentas de Roma naquela região, desde Pompeu em 63 a.C. até a destruição do Templo de Jerusalém em 70 d.C. potencializaram lutas sociais nos territórios judaicos, sobretudo a Galileia, que foi um berço de bandidos, bandoleiros e rebeldes chefiados por pretensos messias. Esse banditismo foi gestado no processo nada idílico de romanização da Palestina, em que dominadores estrangeiros articulados com as classes dominantes locais transformaram a vida material a partir da expropriação e tributação das classes exploradas, principalmente camponeses, cuja resistência começa como luta pela vida e se transforma em luta pela libertação judaica.

Abstract: Current paper discusses social banditry in Palestine during Roman times and deals with the articulation of two social categories, namely, *subaltern social groups* (exploited and oppressed classes), analyzed by Gramsci, and *social banditry* (archaic forms in social movements), analyzed by Hobsbawm. Josephus Flavius's *The Jewish War* is the text under focus. Rome's violent incursions in the region from the time of Pompey in 63 BC till the destruction of the Temple of Jerusalem in 70 AD brought about social struggles in Jewish territories, especially in Galilee, the homeland of bandits, outlaws and rebels led by false Messiahs. Banditry occurred within the non-idyllic process for the Romanization of Palestine where foreign dominators allied to the local dominant classes transformed life through the expropriation and taxation of the exploited classes, especially the peasants. Their resistance started as a struggle for survival and transformed itself in wars for Jewish freedom.

Palavras-chave:

Palestina romana.
Resistência judaica.
Banditismo social.
Grupos sociais subalternos.
Luta de classes.

Keywords:

Roman Palestine.
Jewish resistance.
Social banditry.
Subaltern social groups.
Class wars.

Recebido em: 19/05/2022

Aprovado em: 27/06/2022

* Doutor cotutela em Estudos Clássicos (Universidade de Coimbra) e Educação (Universidade Estadual de Maringá). Professor Adjunto do Colegiado de História (Campus de Paranavaí) e do Programa de Pós-Graduação em História Pública (Campus de Campo Mourão) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Introdução: banditismo social e luta de classes

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”
Bertolt Brecht.

Ao pensar a História de todas as sociedades como *história das lutas de classes*, Karl Marx e Friedrich Engels, no *Manifesto Comunista*, introduziram uma nova possibilidade de se pensar a dinâmica das relações sociais como antagonismo envolto em tensões, violências e transformações

Homem livre e escravo, patrício e plebeu [...] em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada [...]. Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais (MARX; ENGELS, 2016, p. 40).

Não se trata de pensar que essa dinâmica ocorreu da mesma forma em todas as épocas, pois cada modo de produzir a vida tinha sua própria lógica. A abordagem que estabelece a partir daí seu ponto de partida, e tendo como horizonte temático as “periferias, subalternos e relações de poder no Mundo Antigo”, nos levou à discussão sobre o banditismo social na Palestina durante a conquista e dominação romana.

A história judaica na Palestina é caracterizada por séculos de dominação estrangeira e lutas por autonomia.¹ Mas, também, por opressão doméstica, isto é, um antagonismo de classes bem particularizado. Tal dinâmica se reproduz como tragédia no tempo da ocupação por Roma, e as contradições inerentes ao processo se materializaram na eclosão de resistências e lutas sociais, ora incipientes, ora articuladas e com intenção de superação do domínio estrangeiro – disputa pela hegemonia local –, aqui entendida como luta por libertação. Este nosso enfoque tem como base a articulação de duas categorias teóricas, a saber, *grupos sociais subalternos*, de Antonio Gramsci, e *banditismo social*, de Eric Hobsbawm. Essas categorias se conectam porque possibilitam apreender o movimento real das classes pré-capitalistas ou arcaicas em luta.

Quando Gramsci refletiu sobre aqueles a quem chamou de grupos sociais subalternos no vigésimo quinto dos seus *Quaderni del carcere*, os pensou como classe com real potencial de transformação social,² e isto seria aplicável ao caso específico dos

¹ Conforme Rocha (2004, p. 239), fosse por motivos econômicos, políticos ou estratégicos, a Palestina foi dominada por “assírios (733 a.C.), babilônios (588 a.C.), persas (539 a.C.), ptolomeus (323 a.C.), selêucidas (198 a.C.)”.

² Antonio Gramsci (1891-1937) era um revolucionário marxista, e é nesta condição que se deve interpretar seu pensamento. Segundo Marcos Del Roio (2007), Gramsci utiliza o termo “grupos sociais subalternos” em vez de *classe* para superar e driblar a censura do cárcere fascista de Mussolini, mas, não só isso, também era uma elaboração para

movimentos sociais no campo. Caracterizam-se como grupos sociais subalternos aqueles cuja história se desenvolve em um tipo de luta fragmentada e sem uma efetiva autonomia política, necessariamente “disgregata ed episodica”, contra a opressão e exploração em uma determinada relação produtiva a que estão submetidos, “subiscono sempre l’iniziativa dei gruppi dominanti”, isto é, se movimentam num verdadeiro antagonismo de classes e, ainda que dentro de certos limites pelas condições materiais, a vitória por vezes era um estado de defesa, resistência ou ruptura por insubordinação, portanto, com a finalidade de superação de sua condição, os “grupos sociais subalternos” são classes que lutam para ultrapassar sua subalternidade (GRAMSCI, 2019, Q25, §2,16, p. 2.283-4; §4, 19). Especificamente, são grupos subversivos populares de massa camponesa que, para sobreviver e lutar, se reuniam sob comando de chefes locais (GRAMSCI, 2019, Q25, §1, 12), por vezes misturando fanatismo e religião, mas que, a depender do nível de organicidade, também poderiam lutar por hegemonia: “tra i gruppi subalterni uno eserciterà o tenderà ad esercitare una certa egemonia attraverso un partito” (GRAMSCI, 2019, Q25, §5, 21, p. 2.289), como foi o caso dos zelotas durante a Guerra Judaica (66-70).

Mesmo que Antonio Gramsci não tivesse, em seu horizonte analítico, a discussão sobre a dimensão social do banditismo na Antiguidade, sua intuição apontava para a necessidade de criar uma nova categoria para melhor pensar os grupos subalternos, pois “Molti canoni di ricerca storica si possono costruire dall’esame delle forze innovatrici” (GRAMSCI, 2019, Q25, §5, 22, p. 2.289)], e foi nesse sentido que utilizamos aquilo que Eric Hobsbawm (2015) definiu como banditismo social.³

No livro *Bandidos*, Hobsbawm nos conta que desenvolveu a ideia para compreender as formas arcaicas de movimento social. Em linhas gerais, bandidos sociais são: a) os proscritos rurais considerados criminosos pela classe dominante (por extensão, pelo Estado); b) heróis ou vingadores identificados como sujeitos que lutam por justiça ou liberdade em sociedades camponesas; c) grupos locais que oferecem resistência ao avanço de poderes centralizadores (local) ou estrangeiros. Cito Hobsbawm (2015, p. 21): “o banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram a ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Esse é o significado histórico do banditismo nas sociedades com divisões de classe e Estados”.

se pensar classe e luta de classes em toda a fluidez e complexidade que comporta esse conceito para zonas periféricas do capitalismo.

³ Foi Eric Hobsbawm (1917-2012) quem inaugurou a investigação sobre banditismo social como ramo da historiografia. Mesmo que sua pretensão em *Bandidos* – livro publicado em 1969, e que é uma versão ampliada de *Primitive Rebels* (de 1959) – não tivesse como foco movimentos deste tipo no mundo romano, o seu uso não é estranho à historiografia – estrangeira ou nacional – especializada sobre o Mundo Antigo. Vide, como exemplo: Horsley; Hanson (1985), Rocha (2004) e Garraffoni (2007).

Portanto, se transformam em movimento na medida em que resistem à dura realidade da luta pela vida, constituída por exploração e opressão, isto é, o bandido social é o camponês que vai para ação, “se institucionaliza numa parte ousada e combativa do campesinato” (HOBSEAWM, 2015, p. 46), como grupo social são aqueles que vão de encontro à classe dominante, “camponeses que se recusam à submissão, e que ao fazê-lo se destacam entre seus companheiros” (HOBSEAWM, 2015, p. 45), e contam com uma rede de apoio entre excluídos contra ricos e poderosos que consideravam injustos. Nesse sentido, não são meros criminosos, muitos foram forçados à marginalidade e ao “crime” – pois vivem sob tensão, seja fome, guerra, etc. – e sua ação se volta a pilhagens contra proprietários de terras, ou quem delas exercia o controle e apropriação de riqueza, isto é, “o banditismo social constitui um fenômeno universal, encontrado em todas as sociedades baseadas na agricultura [...] e compostas principalmente de camponeses e trabalhadores sem terras, governados, oprimidos e explorados por alguém” (HOBSEAWM, 2015, p. 39), carregando em si a ideia de redistribuição, justiça para os pobres, e por vezes aponta para a possibilidade de superação de sua condição, ainda que em perspectiva apocalíptica ou messiânica, inclusive, com possibilidade de sair da condição endêmica e virar movimento epidêmico (de massa). Enfim, não se pode diminuir o caráter de classe dos movimentos sociais arcaicos (HOBSEAWM, 2015).

O banditismo social, portanto, é uma forma arcaica (segundo Hobsbawm) de luta de classes (segundo Gramsci), e permite pensar as lutas periféricas da época ao mesmo tempo em que revelam as classes em conflito, como é o caso da Palestina (século I a.C. a I d.C.), que teve como protagonistas grupos formados por bandidos, bandoleiros, rebeldes, insurretos (e similares). Esses rebeldes são grupos subalternos que reagem, se articulam e lutam contra uma condição objetiva muito clara, de exploração e opressão e sua base social é formada por camponeses arruinados, trabalhadores sem trabalho, escravos agrícolas; suas lutas são por sobrevivência, sobretudo após o estabelecimento das relações de poder entre dominadores romanos e classe dominante local (judaicas ou não).⁴ A temporalidade da temática depende do processo expansionista romano, cujas incursões violentas naquela região vão desde Pompeu, em 63 a.C., até a destruição do

⁴ O *locus* de ação do banditismo social judaico foi o campo (*chora*), nas aldeias (*komaï*), nas comarcas rurais (*agroï*) da Palestina, na Galileia e na Judeia, territórios sob comando da classe dominante local ou de algum governador romano, isto é, não ocorria dentro da própria *polis*, mas em suas comarcas rurais. A palavra *polis* é utilizada para descrever esta região, mas de forma vaga, nem sempre correta. De acordo com Ste. Croix (1988, p. 499): “no son verdaderas ciudades, sino simples aldeas grandes o pueblos con mercado que habrían sido designados con mayor propiedad mediante otras expresiones como *metrokomiai* o *komopoleis*”. Mesmo para Jerusalém é problemático atribuir a condição de *polis* – pelo menos aos moldes greco-romanos –, talvez fosse melhor o uso do termo *ethnos* (etnia, nação, povo), já que era uma cidade especial por ser o centro administrativo da Judeia, e lá estava o Templo.

Templo de Jerusalém por Tito, em 70, na Guerra Judaica (ou grande insurreição),⁵ quando foram potencializadas as lutas sociais nos territórios judaicos, e cujo desenvolvimento encontrou sua forma mais bem acabada em lutas pela libertação do *ethnos ton loudaion*.⁶

A obra *A Guerra Judaica* (em sete livros)⁷ de Flávio Josefo (c. 37-100), é a fonte que melhor detalha todo esse processo de luta entre romanos e judeus, e, quando a escreveu, o autor o fez como judeu filo-romano.⁸ Sua interpretação é favorável a Roma, ela oculta a causa social da guerra e o processo de formação dos insurretos, e não atribui as causas do desastre judaico às classes dominantes, ao contrário, sentencia como culpados os rebeldes que, ao longo de toda a obra, são definidos como *lestai* (“bandidos”),⁹ ou seja, Josefo “esprime gli interessi dei gruppi dominante o spodestati ed ha carattere retrivo e forcaiolo” (GRAMSCI, 2019, Q25,§7, 22, p. 2291). No mundo romano, o termo “bandido” não era dirigido ao criminoso comum,¹⁰ mas a sujeitos tidos como agitadores, ou ao chefe de bandos fora-da-lei que saqueavam as classes altas, ou ainda a rebeldes que se armavam contra Roma (e seus clientes), ou seja, o termo classificava aqueles que, de alguma forma, representavam algum perigo político; não por acaso a pena aplicada aos *lestai* (*latrocinium*) era cruel, pois foram escravizados, dilacerados por feras ou crucificados (SHAW, 1992; JOSSA, 1980; ASLAN, 2013).¹¹ São esses “bandidos” que se transformaram no movimento de resistência do *ethnos* judaico. De acordo com Giorgio Jossa (1980), ao acusar de *lestai* o movimento de libertação judaica, Josefo pretendeu desacreditar o movimento, foi uma postura filo-romana, de

⁵ Flávio Josefo atribuiu a Tito durante uma reunião com os dois principais rebeldes judeus, João de Gischala e Simão, filho de Giora, antes da investida final romana, uma frase que corrobora essa temporalidade para se pensar o banditismo social na Palestina: “Depois que Pompeu tomou Jerusalém, não deixastes de vos revoltar e chegastes por fim a declarar guerra aos mesmos romanos” (Josefo, *Bellum Judaicum*, VI, 480).

⁶ Utilizaremos *ethnos* ou *ethnos ton loudaion* para nos referirmos àquilo que poderia ser traduzido como “nação”, para que não se confunda com nação/nacionalismo (mais apropriados às sociedades contemporâneas).

⁷ A edição utilizada, para facilitar a leitura, em nossa língua, é a traduzida por Vicente Pedrozo e publicada pela CPAD; mas, esta foi cotejada com a edição italiana sob a responsabilidade de Giovanni Vitucci e publicada pela Fondazione Lorenzo Valla/Arnaldo Mondadori Editore, que é bilíngue e traz o texto grego e italiano.

⁸ Flávio Josefo, de família nobre e sacerdotal, era o responsável pela defesa de Jotapata, na Galileia, no início da guerra. Quando a cidade foi tomada e ele passa ao lado romano, se torna um tipo de prisioneiro cliente de Vespasiano e Tito. Segundo Arnaldo Momigliano (2008, p. 199), a obra é um sinal de sua ruptura com os judeus da Palestina: “Sin embargo, estaba divorciado de las dos corrientes vitales del judaísmo de su tiempo: el apocalipsis y la sinagoga”. Para mais detalhes, conferir Dobroruka (2007) e Rocha (2004).

⁹ Segundo Brent Shaw (1992, p. 251): “Na terminologia formal latina, os bandidos eram geralmente designados por *latrones* (singular, *latro*), e o banditismo por *latrocinium*. Na metade do mundo romano onde as elites sociais e políticas utilizavam o grego como *koine*, os termos gregos correspondentes para designar os bandidos e o banditismo eram *lestai* (singular, *lestes*) e *lesteia*”.

¹⁰ Segundo Hobsbawm (2015, p. 204-5): “[...] os bandidos sociais e os bandidos comuns não podem ser comparados, mesmo que aos olhos da lei oficial fossem igualmente delinquentes, porque, segundo a moral da gente comum os segundos eram criminosos, e os primeiros não. A distinção entre atos que são e que não são considerados antissociais pode variar bastante segundo o momento, o lugar e o ambiente social, mas existe em todas as sociedades”.

¹¹ Os evangelhos falam que Jesus de Nazaré foi crucificado ao lado de dois *lestai*, mas ele próprio também o era aos olhos de Pilatos, a julgar pela sentença.

classe. Para Richard Horsley e John Hanson (1985), se tornar um fora-da-lei era uma consequência social, e a expansão do banditismo tornou-se o grande fator que levou à revolta contra os romanos, desde a Galileia até a Judeia.

Note-se, nesta passagem abaixo, que Flávio Josefo expõe quase todos os elementos que caracterizam o nosso tema: a) são muitas as agitações (endêmica); b) as revoltas são combatidas, reprimidas; c) os bandos continuam a aparecer; d) bandos, rebeldes são considerados como charlatões (ferem a religião e o *ethos*); e) se voltam contra a aliança com romanos e atacam judeus que aceitam o pacto clientelista; f) os ataques são contra a classe dominante judaica (ricos, possidentes); g) incêndio em aldeias (desconstruídas pós organização romana); h) resistência tem impacto social, é violenta e coloca classes em antagonismo:

Depois de tantas agitações reprimidas sempre, parecia que a Judéia iria gozar de algum descanso. Mas, como acontece num corpo, em que todas as suas partes estão corrompidas e um membro não está curado de um mal que logo outro, em seguida, é também atacado, alguns mágicos e ladrões uniram-se e exortaram o povo a sacudir o jugo dos romanos, ameaçando matar os que continuassem a querer suportar tão vergonhosa servidão. Dirigiram-se todos para o país, saquearam as casas dos ricos, mataram-nos, incendiaram as aldeias e fizeram que a desolação e a tristeza campeassem por toda a parte, enchendo a Judéia de luto e de dor (Joseph., *BJ*, II, 181).

O banditismo social na Palestina romana se desenvolveu a partir de uma relação conflituosa contra um duplo inimigo comum, o dominador estrangeiro em correlação de forças com as classes dominantes locais. Para chegar nessa discussão, primeiro é preciso entender as condições materiais nas quais esse banditismo foi gestado.

Transformações sociais na Palestina

Uma vez que é possível identificar um movimento de libertação na Palestina sob ocupação romana, é preciso especificar quais foram as condições materiais em que tal fenômeno se desenvolveu.

O uso de membros da classe dominante local – um tipo de clientelismo infligido – foi uma das principais estratégias romanas; de acordo com Arnaldo Momigliano (2008), essa relação pós-conquista foi importante para o êxito da expansão naquele território. É muito provável que a *Res Publica* tivesse alguma noção do problema de se conquistar e ocupar um território agitado como foi a Palestina, mas seu histórico de conquistas havia dado aos romanos experiência para explorar formações sociais diferentes sem que para isso fosse necessário exterminar os costumes locais. Mesmo que o contato de

romanos e judeus fosse de longa data,¹² após Pompeu as relações passaram a seguir a lógica centro-periferia, isto é, a decisão final era exclusiva do Senado romano. Quando Pompeu conquistou a Judeia, em 63 a.C., ainda que esta não tenha sido transformada em província imediatamente, se tornou um tipo de reino cliente (ou Estado, os termos são sempre complicados), ou seja, o território passava a ser obrigado a contribuir com o *tributum soli*, o que implicava o pagamento de tributo sobre o produto da terra e, não só isso, a presença de legiões estacionadas em acampamentos estratégicos ou nos *limes* eram a prova de quem estava de fato ditando as regras; a classe dominante judaica havia perdido sua autonomia.

O processo de transição política da Res Publica ao Império, cuja explicação extrapola os limites desse artigo, coincide com a reorganização da Palestina sob ocupação romana, que levou quase sete décadas até que a Judeia fosse transformada em província, em 6. Esse processo de romanização é aqui entendido como fenômeno de “matrize violenta” (DESIDERI, 1991, p. 580), que acirrou as diferenças entre as classes; pois, se de um lado se tinha a cooptação das classes dominantes locais (com manutenção de privilégios e prestígios), do outro lado, a maioria da população, formada por camponeses (pobres), não teve a mesma sorte. O sistema da economia imperial romana (SCHIAVONE, 2005) tinha como base o trabalho escravo e, conforme relatou Flávio Josefo, desde Pompeu muitos escravizados judeus foram levados para as unidades produtivas romanas (*uillae, latifundia*) – quando Crasso invadiu, profanou e pilhou o tesouro do Templo, em 54 a.C., na Galileia se reuniu um grupo de revoltosos com a situação, mas logo foram reprimidos e uma parte escravizada.¹³ Segundo Mendes (2009), a relação centro e periferia tinha como dinâmica a colaboração pela força, com um centro que exerce relação de hegemonia com as *externae gentes* sob relação de *patrocinium*.

Herodes fazia parte do conjunto desses *reges socii et amici* que pactuaram com o dominador, e talvez tenha sido um dos mais importantes para o processo de romanização na Palestina. Na época de Júlio César, a *Res Publica* havia lhe concedido a condição de rei dos Judeus, em 37 a.C., função que exerceu até sua morte, em 4 a.C., ainda que de fato ele não fosse um judeu. Isto ocorreu após o auxílio romano para a retomada de Jerusalém, que estava sob domínio pártico desde 40 a.C. César tinha

¹² Segundo Giulio Firpo (1991), os primeiros contatos entre romanos e judeus ocorreu em 163 a.C.; em 161 a.C. o Senado considerou o *ethnos ton loudaion* (“nação judaica”) como sujeito jurídico, tendo em Judas Macabeu seu chefe; esse tipo de reconhecimento seguiu em outros períodos, de 161 a 143, com um hiato de dependência dos judeus pela Síria, e novo reconhecimento romano de 140 a.C. a 68 a.C., quando os judeus reconquistaram sua autonomia; entre 104 a.C. e poucos anos antes da conquista de Pompeu, são poucos os detalhes conhecidos.

¹³ Em *A Guerra Judaica* é possível observar várias passagens que narram judeus sendo escravizados durante a dominação romana, entre elas: I, 39; II, 146; II, 164; III, 240; III, 246-7; VI, 489; VII, 528; VII, 538.

um entendimento particularizado da forma como explorar a Judeia, foi ele inclusive quem suprimiu a organização de Gabínio, em 57 a.C., que havia subdividido a Judeia em 5 distritos confiados a aristocratas locais (Joseph., *BJ*, I, 35). Herodes era útil aos romanos, sobretudo pelo papel que exerceu na perseguição de rebeldes e bandidos (Joseph., *BJ*, I,43); segundo Giulio Firpo (1991), para Roma, estava claro que os tumultos eram um risco inaceitável. Vale a pena destacar que foi Herodes quem perseguiu e matou Ezequias, líder rebelde galileu; Santo Mazzarino (2010) identifica este conflito (ocorrido em 47 a.C.) como o primeiro conflito entre judeus (javistas) e judeus filo-romanos (Antípater e seus filhos), e, não só isso, a Galileia dali em diante seria espaço de fervor javista, que interpretava Herodes como representante das “trevas” e a resistência como sinal de esperança da derrota de Roma. Mas, para além das repressões movidas contra as resistências locais, Herodes – sob César e depois sob Augusto – exerceu um importante papel no processo de reorganização da Palestina, principalmente porque Roma precisava de captação de recursos para a manutenção das guerras civis no centro do poder político. Herodes instituiu uma nova aristocracia (asmoneia) e enfraqueceu com isso o equilíbrio dos poderes judaicos, principalmente ao conseguir separar a realeza e o sumo sacerdócio, obtendo um maior controle do Templo, por conseguinte, um maior domínio sobre a dinâmica de exploração e concentração de riqueza.

Antes da ocupação romana, a luta pela vida da maioria dos camponeses judeus consistia na preocupação sobre se teriam o que comer, se haveria comida suficiente até a próxima safra (ou mesmo sementes para o cultivo), assim como se conseguiriam produzir o excedente exigido pela classe dominante. Portanto, as famílias camponesas, aldeãs, sofriam com o peso dos tributos e obrigação dos dízimos para com o Templo sob controle de uma nobreza sacerdotal – eram chamados de saduceus, grandes proprietários de terras e que controlavam o Sinédrio e os tributos do santuário. Assim, propriedade e relações produtivas estavam organizadas em função da religião judaica (relação com sua divindade). Roma ampliou esse processo exploratório ao impor nova tributação específica, ou seja, a luta pela vida dos camponeses passava a consistir numa dupla tributação: taxa para o Templo (tradição) e taxa para Roma (elemento novo) – que eram recolhidas pelos publicanos, cobradores de impostos. Isso reconfigurou o acesso à terra, ou a forma e possibilidade de trabalhar a terra; muitos camponeses se endividaram para manter a produção ao fazer empréstimos a juros altos, o que levou a perdas de terras ancestrais, ou à destinação de terras mais secas e pedregosas para os pobres enquanto as terras mais férteis foram concentradas nas mãos da aristocracia (HORSLEY; HANSON, 1985; KAUTSKY, 2010).

Com Herodes, a Palestina virou uma terra de miseráveis. O resultado da romanização foi a desconstrução da ossatura da economia judaica, formada por pequenos agricultores,

o que resultou em empobrecimento do campesinato e uma massa de sem terras em busca de trabalho em aldeias ou núcleos urbanizados.

Essa realidade pode ser observada inclusive em algumas passagens dos textos sagrados cristãos – mesmo que não sejam fatos históricos são evidências da condição que parte significativa dos sem trabalho estavam submetidos. Jesus Nazareno, outro proeminente chefe messiânico daquela época, conta uma parábola sobre um vinhateiro que, ao buscar trabalhadores para uma jornada diária estipulada em um denário, ao longo de todo o dia sempre encontrava homens que não conseguiram trabalho e estavam disponíveis, mesmo cientes do “peso do dia e o calor abrasador” (Mateus, 20-1-15); em ambas as versões das chamadas bem-aventuranças fala-se de mendigos (*ptochoi*) e esfomeados e lhes é dirigida a promessa de que algum dia essa condição será superada (Mt, 5,3; 5,6; Lucas, 6,20-21); outra passagem interessante cita um jovem rico que preferiu não aderir ao grupo de Jesus e preservar suas propriedades (Mt, 19,16-26).

Assim, e de acordo com a argumentação de Ste. Croix (1988), a concentração de terra foi o grande problema e a base que dinamizou a luta de classes na época romana, e quando se relaciona isto com a realidade da Palestina sob ocupação romana fica evidente que a luta de classes se manifestou na forma de banditismo social, isto é, foi a reação das classes inferiores em meio ao aprofundamento de práticas exploratórias. Em um primeiro momento, a prática se limitava a luta contra a fome, era reação à miséria, e tal condição social contribuiu para o surgimento de tumultos, revoltas, pilhagens e saques, logo, do tempo em vai da conquista de Pompeu até o fim do reinado de Herodes tem-se a origem do banditismo social.

O movimento alcança um novo nível quando se espalha pela Palestina e começa mais radicalmente a se voltar contra Roma após sua presença mais permanente no território. Após a morte de Herodes, a escalada romana na Palestina se intensifica, e, em 6, Roma destituiu Arquelau e rebaixou a Judeia, Idumeia e Samaria à condição de províncias, e o processo se completa quando, em 44, a Galileia e a Pereia também foram transformadas em províncias. Isto significava o aprofundamento da operação bélica e administrativa pelos romanos. Tal controle territorial confirmava a hegemonia romana; Flávio Josefo coloca na boca de Agripa, em discurso que falhou na tentativa de convencer os judeus a abandonarem a luta contra os dominadores estrangeiros, que “nada é capaz de limitar o voo das águias romanas” (Joseph., *BJ*, II,196). Segundo Elio Lo Cascio (1991), existiam diferenças importantes com a época republicana: as províncias imperiais passavam a ser consideradas como propriedade do *princeps* (*propriae Caesaris*), e nelas se estacionavam as legiões sob pretexto de pacificação; por fim, fixava a presença de um governador nomeado pelo *princeps* cuja função seria a de

responder pela administração financeira marcada por arrecadação de impostos (parte destes inclusive para a manutenção dos legionários).

O censo de Quirino, em 6/7 – prática que permitia listar/saber o número de cidadãos e a quantidade de bens e riquezas – desencadeia, na cidade de Gamala, a nordeste do Mar da Galileia, a primeira revolta direta contra Roma. Mesmo que seja possível afirmar que as classes populares se rebelavam na Galileia desde a morte de Herodes, talvez antes, a partir dessa época a revolta começou a se alastrar por várias localidades de forma epidêmica. Ainda que as revoltas locais não se solidificassem de forma unitária, não pelo menos até 44, elas foram se transformando em movimento de libertação na medida em que a ação romana se tornava mais constante e institucionalizada na Palestina.

A Galileia se tornou um berço de rebeldes, bandidos e grupos messiânicos. Para Santo Mazzarino (2010, p. 134): “Il *drama* del popolo giudaico si muoveva, così, verso una nuova svolta; e in questo *drama* aveva avuto un peso enorme il giudaismo della periferia, il giudaismo galilaico”. Judas, o Galileu, fundador da seita dos zelotes,¹⁴ exerceu forte oposição à presença romana na região e sua aliança com os sucessores de Herodes. Após 14, com a morte de Augusto, Antipas – tetrarca da Galileia e da Pereia – substituiu a capital, Séforis, por Tiberíades, que ficava muito próxima ao Mar da Galileia; fez isso como estratégia para ser reconhecido como rei cliente (*rex socius et amicus populi Romani*), pois as comunidades pesqueiras poderiam ser exploradas em sua atividade, com mais tributação (CROSSAN, 2009). Com isso, mais empobrecimento e mais revolta.

A escalada romana na Palestina, de 6 até 44 – e mesmo que entre 41 e 44 possa ser identificada relativa autonomia (JOSSA, 1980) –, foi um processo violento e objetivou-se a partir da desconstrução de uma série de praças judaicas; muitas são narradas com detalhes por Flávio Josefo (*BJ*, II, 217-233) até que se efetivasse a hegemonia romana na região. O processo ampliava ainda mais a massa de despossuídos e fugitivos que saqueavam seus próprios territórios sob jurisdição romana ou filo-romana. Na medida em que o banditismo ganha corpo e se espalha, ao mesmo tempo que recrudescer a repressão dos romanos, que perseguiram, invadiam e reduziam a cinzas comunidades locais. Para aqueles que não conseguiam fugir, o fim era a crucificação ou escravização. Todavia, os judeus das classes exploradas não tinham mais o que perder e o banditismo, na contramão da força romana se tornou epidêmico. Para Flávio Josefo (*BJ*, II, 145): “uma guerra de ladrões enchia toda a Judeia de agitações, roubos e assaltos”.

¹⁴ Segundo Reza Aslan (2013), o zelotismo neste momento ainda não havia se transformado em partido, isto somente ocorreria com o início da guerra, em 66.

Segundo Richard Horsley e John Hanson (1985, p. 223):

Ironic as it may seem, Roman practices produced the very groups that continued and prolonged the war. That is, the methods used by the Roman forces in reconquering Jewish Palestine created the conditions which gave rise to epidemic banditry and escalating peasant revolt, precisely what they were trying to suppress. In particular, the brigands which came together in Jerusalem were a direct outgrowth of the Roman reconquest of northwestern Judea.

Assim, o fenômeno aqui entendido como banditismo social aos poucos foi cimentando as condições que levariam à guerra entre judeus e romanos (ROCHA, 2004). Pode-se afirmar, com isso, que após 44 as revoltas judaicas atingem outro nível, posto que os grupos se organizaram e se aliaram contra Roma, sobretudo sicários e zelotas, estes últimos inclusive na condição de partido na luta pelo controle de Jerusalém. Essa luta por hegemonia, que se transforma em movimento de libertação, corresponde à última e derradeira fase do banditismo contra isto que indicamos como duplo inimigo (dominadores estrangeiros e classe dominante local), e compreende a guerra de 66 a 70, que se encerra com a destruição do Templo de Jerusalém por Tito; e, se quiser se estender um pouco mais, pode-se incluir a posterior perseguição dos sicários e a tomada da fortaleza de Massada, em 73.

Roma e o antagonismo de classes na Palestina

Os conflitos na Palestina romana se desenrolaram segundo interesses materiais e foram determinados pelo lugar que as classes ocupavam na relação de produção. De um lado, os grupos rebeldes, do outro, seu antagonista, formado pela correlação de forças entre Roma e classe dominante local.

Segundo Giorgio Jossa (1980, p. 34):

[...] il mondo giudaico appare anzitutto diviso in due: da un lato l'aristocrazia (soprattutto grandi proprietari terrieri, ma anche grossi commercianti) fortemente ellenizzata e apertamente filoromana, dall'altro i ceti medi e popolari (artigiani, ma soprattutto contadini) strettamente legati alla tradizione e pervasi ancora da speranze di liberazione.

Importa destacar que os romanos não tinham como finalidade ir até aquele território para destruir o *ethnos* judaico, sua cultura e sua religião (DESIDERI, 1991), mas para explorar o que fosse possível das relações produtivas já existentes entre as classes judaicas, fosse pela imposição de tributos, obtenção de escravos, entre outros. O excedente obtido era aquilo que retornava às classes dominantes sob forma de liturgia,

entesouramento público, despesas do Estado com festas cívicas, religiosas, manutenção militar, construção de edifícios, força de trabalho compulsório (escravizados) para as unidades produtivas (*uillae, latifundia*). Isto é, a romanização agudiza, acirra e impacta a formação das lutas internas das classes judaicas.

De acordo com Arnaldo Momigliano (2008, p. 190-191), os conflitos sociais do povo judeu, apesar de suas especificidades, fazem parte das resistências dos povos periféricos do Império Romano:

[...] eran en parte generados y en parte contenidos por la presencia de Roma. En este sentido, es imposible disociarlos de la situación creada por Roma y de la hostilidad suscitada en todo el Imperio. La clase dominante, a la vez que explotaba a los provincianos comunes y los trataba con el mayor desprecio, apartaba a un número limitado de los ricos para romanizarlos y permitirles gradualmente el acceso a los cargos públicos. En las provincias, la presencia romana agudizó los conflictos entre ricos y pobres. Sin embargo, los romanos no lograron ganarse del todo a los provincianos privilegiados. [...] Es evidente la imposibilidad de aislar la rebelión judía de las de otros provincianos; los años de 66 a 70 fueron de subversión general en el Imperio.

A presença romana na Palestina potencializa, portanto, o antagonismo de classes. Convém ressaltar que não se trata de pensar a luta de classes de forma mecânica, nem anacrônica. Mas, não se tem como negar que o Mundo Antigo foi uma sociedade de classes, e a Palestina antiga não foi diferente, o que se trata de fato é compreender a especificidade deste tipo de antagonismo. Karl Marx (2011), nos *Grundrisse*, indicava que a luta de classes não assumiu uma forma simples, sobretudo para a Antiguidade, que, aliás, poderia se dinamizar de maneira complexa, posto que uma formação social é uma totalidade que comporta, ou pode comportar, diversos níveis – forças produtivas, relações de produção, regimes sociopolíticos, formas de pensamento – com suas próprias contradições, e a contradição fundamental para o período se deu na desconstrução da relação entre camponeses (expropriados ou endividados) e a concentração do domínio da terra pelas classes dominantes locais (grandes proprietários, grandes comerciantes, grupos helenizados ou judeus filo-romanos) a partir de uma submissão clientelista com o dominador estrangeiro.

Para as classes dominadas – camponeses, expropriados, endividados, artesãos, trabalhadores da construção civil, mendigos, bandidos, etc. – a luta era por sobrevivência, por superação de dívidas, partilha de terras; é esta classe que se rebela, até porque foi aquela que perdeu tudo. Esses grupos subalternos, que se manifestavam em pilhagens e rebeliões são expressão da periferia, na Palestina são os pobres, bandidos das aldeias, zelotes, sicários, grupos messiânicos, sacerdotes de baixa condição, trabalhadores diaristas, artesãos, pequenos comerciantes, que, ainda que não fossem uma *classe para*

si (com alto nível de consciência e organização), se constituíam como *classe em si*, o que determinava sua condição no processo de lutas.

De acordo com Richard Horsley e John Hanson (1985, p. 45):

Although the priestly ruling class at times compromised or even abandoned the people's sacred traditions, at least a substantial portion of the Jewish peasantry, along with numbers of scribes and ordinary priests, remembering their heritage, remained loyal to the people's covenant with God, resisted repression, and reasserted their liberty.

É significativo que os ataques de bandidos e as ações de rebeldes tinham como alvo as classes possidentes que, de fato, não passavam de *socii et amici* (clientes) de Roma desde a conquista de Pompeu.¹⁵ Dessa forma, uma parcela considerável da população tornou-se fora da lei e a expansão do banditismo representou um grande fator que levou a um surto maciço de revoltas contra os romanos dentro do território judaico, e, ainda que as relações de poder entre Roma e aristocracia judaica passassem pela repressão desses "bandidos", isto não significou o seu fim, muito pelo contrário, foi o seu combustível. O fenômeno é complexo, heterogêneo, e são muitas as manifestações deste tipo na Palestina romana, mas, merece destaque a Galileia como "fértil" berço de grupos rebeldes.

A Galileia apresenta esse tipo de particularidade por uma série de fatores, entre eles pode-se destacar a maneira como o local foi administrado pelos descendentes de Herodes, com exploração dos camponeses e demais trabalhadores; ademais, era uma região em certo sentido longe do Templo de Jerusalém (o ponto central do poder); mas, também, pela sua topografia montanhosa, inúmeras cavernas e a proximidade com o deserto, pontos que eram utilizados como esconderijos, portanto, ofereciam condições favoráveis para atividades de bandoleiros e rebeldes, que de fato estavam familiarizados com a geografia e contavam com uma rede de apoio nas comunidades rurais.

Todavia, o elemento decisivo era a condição material dos camponeses. Segundo Karl Kautsky (2010), esta classe de expropriados, empobrecidos e endividados tendeu à agressividade em virtude da sua posição social, pois suas vidas haviam se tornado insuportáveis, e isto os levou à reação. Excluídos do arado empunharam espadas, facas, e voltaram suas armas contra ricos proprietários, e, na medida em que circulavam pela região outros sujeitos de mesma condição, se incorporavam aos rebeldes. Conforme exposto acima, a presença romana impulsionava essas práticas, e aos poucos esses bandidos

¹⁵ A aristocracia local, desde Pompeu, procurou impedir, perseguir e liquidar qualquer sublevação, revolta ou saques em seu território; foi assim com Antípater, quando da aliança com César; da mesma forma com Herodes contra "bandidos" [*lestaï*], quando recebeu o governo da Galileia e sufocou a revolta de Ezequias, ou ainda quando enviou seu irmão para perseguir "ladrões" na Judeia (Joseph., *BJ*, I,43; I,62-65).

passaram a ser entendidos pelos pobres como símbolo de luta, porque se armavam e atacavam judeus colaboracionistas.

Esses encontram um poderoso apoio na população do campo da Galileia. Os pequenos camponeses e os pastores eram explorados em grau extremo pela pressão dos impostos e da usura e eram lançados à servidão ou expropriados como em qualquer outro lugar do Império. Alguns deles foram provavelmente para Jerusalém aumentar as fileiras do proletariado. Como em outras regiões do Império, porém, os elementos mais enérgicos, entre os expropriados e levados ao desespero, recorriam à insurreição violenta, ao bandoleirismo (KAUTSKY, 2010, p. 328).

O banditismo social evoluiu da reação pura e simples para a condição de grupos mais organizados que, após a escalada romana – transformação da Judeia, Idumeia, Pereia e Galileia como províncias – assumem esse caráter de luta por libertação do domínio estrangeiro. Os grupos não eram homogêneos e cada qual vai se movimentando conforme suas particularidades dentro do que consideramos como antagonismo de classes, como foi o caso dos zelotas e sicários, ambos com origem na Galileia.

Um dos grupos mais temidos foi o de Judas, o Galileu, que possivelmente era filho de Ezequias, famoso rebelde perseguido e morto por Herodes. Judas se juntou com certo Zadoque, um fariseu, e articularam inúmeros despossuídos na luta pela libertação do domínio romano. Entre suas ações pode-se destacar o assalto a Séforis para obtenção de armas, o que lhe permitiu estabelecer uma guerra de guerrilha na Galileia, onde saquearam casas dos ricos, incendiaram aldeias e produziram outros distúrbios na região. Conforme testemunho de Flávio Josefo (*BJ*, II, 153), Judas conseguiu induzir a rebelião usando como argumentação a tributação romana:

Quando os países dominados por Arquelau foram reduzidos a Província, Augusto deu-lhes o governo a Copônio, cavaleiro romano. Durante sua administração, um galileu, chamado Judas, levou os judeus a se revoltarem, censurando-os, porque pagavam tributo aos romanos, quase igualando homens a Deus, pois os reconheciam também como senhores. Judas foi o autor de uma nova seita, inteiramente diferente das três outras, das quais a primeira era dos fariseus, a segunda, a dos saduceus e a terceira, a dos essênios.

Segundo Giorgio Jossa (1980), a religião de Judas era típica de camponeses galileus, inclusive sua família era de origem laica, e é bem provável que tenha sido aprendida com a difusão de sinagogas (farisaicas), ou seja, era diferente da religiosidade dos saduceus e do Templo de Jerusalém.

Do mesmo modo, os chamados sicários surgiram nessa turbulenta conjuntura da Galileia. O movimento, que pode ser entendido como um tipo de “zelotismo” radical,

também se insere nesse antagonismo de classes e um exemplo claro disso pode ser tomado nas suas estratégias ao concentrarem ataques contra a aristocracia judaica colaborativa (vista como traidora) e ao se infiltrarem em Jerusalém para atacar a elite sacerdotal.

Depois que a Judéia ficou livre desses ladrões, apareceram outros em Jerusalém, que de uma maneira diferente exerciam uma profissão infame e criminosa. Chamavam-nos de sicários, e não era de noite, mas em pleno dia e particularmente nas festas mais solenes, que eles mostravam o seu furor. Apunhalavam, no meio do aperto, àqueles aos quais haviam deliberado matar e misturavam em seguida seus gritos com os de todos o povo, contra os culpados de tão grande crime; tudo lhes saía tão bem, que ficavam muito tempo impunes, sem que deles se desconfiasse. O primeiro que eles assassinaram dessa maneira, foi Jônatas, o sumo sacerdote, e não se passava um só dia, sem que não matassem a outros, do mesmo modo (Joseph., *BJ*, II, 178).

De acordo com Richard Horsley e John Hanson (1985), isto configurou uma ação indireta contra o poder central romano – pois sempre investiam contra judeus, nunca contra romanos – a partir de três tipos de ação: assassinatos seletivos de sujeitos notórios da comunidade; assassinatos em geral, vinculados aos saques contra ricos proprietários; e sequestros por resgate. Para Giorgio Jossa (1980, p. 85), ainda que os ataques diretos se dessem contra judeus, o inimigo que se esperava atingir era o dominador estrangeiro: “Le caratteristiche sociali della setta sono anche qui evidenti. È per una rivoluzione sociale che si battono i Sicari. Ma il nemico ultimo è l’Impero romano, il fine ultimo della guerra la libertà politica da Roma”. Entre seus principais líderes, destacou-se o galileu Menahem, que era de origem popular e lutou pela libertação dos explorados, ao mesmo tempo que aspirava ao poder na luta contra os romanos.

Um dos episódios mais característicos ocorreu quando os sicários estavam em Jerusalém e lá queimaram o arquivo público do Templo. Aqueles documentos eram os registros dos títulos das dívidas dos camponeses. A ação, não sem a crítica pontual de Flávio Josefo, está assim descrita:

Entretanto, chegou a festa a que chamam de xiloforia, durante a qual leva-se ao Templo uma grande quantidade de madeira para manter o fogo, que jamais se deve apagar; os revoltosos impediram aos seus adversários o cumprimento desse dever de piedade, ao qual sua religião obrigava. A eles havia unido um grande número daqueles assassinos, denominado sicários, por causa dos punhais que trazem escondidos sob as vestes; estes lançaram-se no meio do povo, obrigando os do lado do rei a ceder à sua ousadia e ao seu grande número, e a abandonar a cidade alta. Os amotinadores dela se apoderaram, puseram fogo na casa do sumo sacerdote Ananias e no palácio do rei Agripa e da rainha Berenice. Cercaram em seguida o arquivo dos atos públicos para queimar todos os contratos e as obrigações que lá estavam, trazendo assim ao seu partido todos os devedores, que não mais temiam atacar seus credores, porque não existiram mais os títulos em virtude dos quais eles os pudessem perseguir, e atiraram assim os pobres contra os ricos. Os que tinham esses títulos sob custódia fugiram e os revoltosos

incendiaram todos os documentos, reduzindo a cinzas os títulos que bem se poderiam chamar do bem público e continuaram a perseguir seus inimigos (Joseph., *BJ*, II, 202).

Segundo Vicente Dobroruka (2007, p. 127), durante todo o processo fica claro que “a diferença entre ricos e pobres nunca é superada, nem mesmo quando ambos se encontram em situação de carência total” e quando ocorre a sedição, “esta pode estar relacionada aos conflitos de classe”. A correlação de forças entre Roma e seus aliados locais procurou a todo custo manter a ordem. Cite-se, como exemplo, as ações de Pôncio Pilatos, que, como governador romano na Judeia, estabeleceu estreita relação com o sumo sacerdote Caifás, aliança que durou uma década (de 26 a 36) e que lhe garantiu um longo período de exploração dos grupos judaicos com um fluxo ininterrupto de receitas para Roma; para tal, foi um governador violento contra opositores, sufocando grupos rebeldes e crucificando milhares de judeus (ASLAN, 2013).

Com se tratava de luta contra um inimigo quase invencível, criou-se nesses grupos rebeldes uma expectativa messiânica, a necessidade de se acreditar em um enviado divino que pudesse cumprir os anseios e objetivos dos que batalhavam por liberdade.

Messianismo

Os choques entre as classes caracterizam esse processo nada idílico e, como se sabe, termina com a Guerra Judaica após 66, quando os grupos rebeldes, ora coesos, ora não, tentam, num último momento, o controle de Jerusalém, isto é, o controle do poder. Todavia, o que estava em colisão eram classes com níveis muito desiguais de força. Roma venceu porque tinha um exército permanente, assim como uma relação pactual com a aristocracia local. Após a escalada romana na Palestina, consolida-se a perspectiva messiânica para a consecução da vitória sobre um inimigo muito poderoso.

De acordo com Giulio Firpo (1991), desde 6, quando a Judeia foi transformada em província, o clima era de escravidão,¹⁶ e isto teria impulsionado a perspectiva messiânica, e dali até 66 se formou e se consolidou uma expectativa apocalíptica, isto é, um tipo de esperança que guiava chefes e bandos contra os romanos. Outro dado não menos importante é o fato de que o messianismo equivalia como que a uma declaração de guerra contra Roma, até porque, em síntese, passava a ser a prerrogativa que guiava fervorosos, insurretos, bandidos, que entraram em rota de colisão com as classes dominantes.

¹⁶ Importa destacar que o clima de escravidão aqui deve ser entendido com relação aos judeus que não foram de fato escravizados como força de trabalho romano no campo e construção civil ou como vítimas dos anfiteatros.

Sobre isto, escreve Giorgio Jossa (1980, p. 54):

Il carattere di questi gruppi è evidente. I loro nemici sono i ceti possidenti e il potere statale. Il loro fine è la rivoluzione politica e sociale. Rivolti come sono direttamente contro i Romani e i regi e guidati da capi che aspirano esplicitamente alla conquista del potere, essi non mirano a ottenere l'autonomia religiosa, il rispetto della legge e la tutela del tempio, ma lottano per la giustizia sociale e la libertà politica, l'eliminazione degli Erodi e l'espulsione dei Romani. Alla loro testa ci sono pretendenti regali. E si caratterizzano chiaramente come movimenti messianici.

Isto é, esperava-se que um Messias poderoso, por vezes com atributos miraculosos, liderasse a luta contra a opressão. Um tipo de herói que levaria as classes inferiores marcadas por essa vida de miserabilidade – aprofundada após a conquista romana – a atingirem uma melhor condição.¹⁷

Para Santo Mazzarino (2010), o messianismo e a apocalíptica eram as duas faces do judaísmo conturbado. Segundo Reza Aslan (2013), os modelos ou tipos de messias são tomados na tradição profética, e podem ser identificados como: profeta escatológico (Daniel 7, 13-14; Jeremias 31, 31-34); libertador dos judeus escravizados (Deuteronômio 18, 15-19; Isaías 49, 1-7); pretendente real que recriaria reino de Davi (Miqueias 5, 1-5; Zacarias 9, 1-10); o autor apresenta uma lista interessante desses sujeitos:

Na Palestina do século I, quase todos os pretendentes ao manto do messias cabiam perfeitamente em um desses paradigmas messiânicos. Ezequias, o chefe dos bandidos, Judas, o Galilieu, Simão da Pereia e Atronges, o pastor, todos modelaram-se a partir do ideal de Davi, assim como Menahem e Simão, filho de Giora, durante a Guerra Judaica. Esses foram reis-messias cujas aspirações ao trono foram claramente definidas por suas ações revolucionárias contra Roma e os seus clientes em Jerusalém. Outros, como o milagreiro Teudas, o Egípcio e o Samaritano, apresentam-se como messias libertadores no molde de Moisés, cada candidato prometendo libertar seus seguidores do jugo da ocupação romana por meio de algum ato milagroso. Profetas oraculares como João Batista e o santo homem Jesus ben Ananias podem não ter assumido abertamente quaisquer ambições messiânicas, mas suas profecias sobre o fim dos tempos e a vinda do julgamento de Deus claramente se adaptavam ao arquétipo de profeta-messias presente tanto nas Escrituras Hebraicas como nas tradições rabínicas e nos comentários conhecidos como o Targum (ASLAN, 2013, p. 155).

E foi nos círculos farisaicos que tal perspectiva ganhou mais força, porque, ao contrário dos saduceus que consideravam impossível enfrentar Roma e, desde Herodes, de alguma forma se relacionam com as esferas do poder, os núcleos farisaicos, ou parte

¹⁷ Segundo Richard Horsley e John Hanson (1985), os chefes de bandidos como foram Ezequias e Eleazar eram, de fato, tipos de Robin Hoods da Palestina antiga; sobre mais detalhes a respeito da questão "Robin Hood" e banditismo, ver Hobsbawm (2015).

desses núcleos, consideraram oferecer alguma resistência. Foi nesse sentido que Karl Kaustky (2010, p. 321) interpretou o caráter miraculoso como perspectiva de qualquer tipo de vitória: “a menos que um Messias realizasse milagres, todas as insurreições judaicas pareciam perdidas. Quanto mais rebelde era a situação na Judeia, mais fervorosa era a esperança no Messias nos círculos farisaicos”.

Tal perspectiva acompanha todo o processo de formação do banditismo social, e o messianismo se tornou a bandeira sob a qual lutavam os movimentos de libertação da Palestina, por isso, conforme destacou Kautsky (2010), os chefes dos salteadores, bandoleiros ou rebeldes se declaravam “Messias”, ou um tipo de precursor messiânico. Por exemplo, Menahem, chefe dos sicários e que lutava contra a exploração e pela liberdade dos pobres, chega a Jerusalém em um ingresso triunfal no Templo, como rei aos moldes messiânicos (JOSSA, 1980); mas houve outros casos, como, por exemplo, Simão, filho de Giora, que prometia o fim da escravidão e até recompensa a libertos. Os que os seguiam não faziam isso sem a esperança de libertação, ou seja, o messianismo tornou-se um importante fator das lutas sociais.

E a liberdade tem sabor de realidade¹⁸

A grande insurreição começou no tempo em que Gessio Floro ocupou a função de governador da Judeia (64 a 66). As classes inferiores de Jerusalém reagiram à sua tentativa de saquear o Templo, o que colocou as classes judaicas na berlinda, posto que o levante poderia, e foi o que ocorreu, eclodir numa guerra sem volta. Ainda que saduceus, e parte dos fariseus, isto é, as classes superior e média, tentassem manobrar pelo acordo, os grupos rebeldes (classes baixas) optaram pelo enfrentamento. É o momento em que já se pode falar da organicidade de um partido zelota, que toma o controle militar e ataca e destrói a guarnição romana. Céstio Galo, que era legado imperial na Síria, teria marchado em auxílio aos romanos, mas, mesmo que tenha empreendido incursões e pilhagens pela Galileia e Judeia, os rebeldes resistiram, inclusive Céstio não consegue tomar o Templo, em Jerusalém (Joseph., *BJ*, II, 217; 220; III, 234).

De fato, vários grupos de bandidos e rebeldes se envolvem na Judeia e Galileia após a insurreição. Conforme visto, na Galileia, o histórico de resistências tem impacto na luta contra Roma, mesmo que com força bélica inferior. Eles proliferam na zona rural, e no norte da província incorporam adeptos fugitivos da disputa entre judeus e gentios

¹⁸ “And freedom tastes of reality”: frase da música *I'm Free* do álbum “Tommy” da banda britânica de rock'n'roll The Who, lançado em 1969.

refugiados das cidades da Síria; não só isso, no sul da Galileia as devastações de aldeias por obra dos romanos contribuiu para inchar as fileiras rebeldes (HORSLEY; HANSON, 1985). Importa destacar que, como o itinerário romano partia do Norte em direção ao Sul, esses grupos, ao mesmo tempo que resistem, vão se deslocando (em fuga) para o Sul, no sentido de Jerusalém. Irritado com o fracasso de Céstio e a persistência da resistência de grupos bandidos e rebeldes, Nero (imperador entre 54 e 68) entregou o comando militar da Síria para Vespasiano, experiente general.

Vespasiano e as legiões sob seu comando iniciaram uma trilha de conquistas sobre postos importantes da Galileia: Ptolomaida e Sefóris; dali, junto ao seu filho Tito, reorganizou o exército e por onde passavam deixaram um rastro de pilhagens, matanças, escravização e extermínios na região. Paulatinamente, foram conquistando todas as principais cidades da Galileia: Gadara, Jotapata (que estava sob comando de Flávio Josefo, que se tornou prisioneiro de Vespasiano), Jope e Tiberíades. Atacou revoltosos que estavam refugiados no Mar da Galileia, focos de resistência em Gamala, e, por fim, Gischala, última cidade a ser tomada,¹⁹ finalizando assim a conquista da Galileia (Joseph., *BJ*, III, 237-297).

Conforme Vespasiano foi encurralando esses grupos chefiados por pretensos messias do povo, eles vão fugindo e se deslocando para Jerusalém. A condição era propícia para o envolvimento das massas. Da cidade de Gischala sai o chefe rebelde João, que em Jerusalém lutou até o fim contra os romanos.

Dos livros IV a VI de *A Guerra Judaica*, Flávio Josefo detalha as ações de João de Gischala em Jerusalém, desde a tomada do Templo até sua captura pelos romanos. João e os zelotas enfrentaram muitos problemas, mas dois foram cruciais: lidar com judeus que não queriam a guerra e preferiram acordo com Roma; e, a cisão entre seus partidários. O primeiro problema se refere ao antagonismo de classes do período analisado. Anano, o sumo sacerdote, tentava convencer o povo judaico de que o inimigo eram os bandidos, grupos rebeldes, e não Roma, inclusive incentivava o conflito aberto contra o partido de João, e, mesmo que os judeus da classe dominante procurassem pela ajuda de Vespasiano, este general apenas cercou a cidade e deixou que as lutas intestinas minassem os grupos judaicos. Outro dado que demonstra o critério de classe do conflito, caso o relato de Josefo esteja correto, é de que João e os zelotas continuavam com a prática de ataques às famílias nobres com fins de obter recursos para seus combatentes; não só isso, contra o inimigo interno, quando precisaram se reforçar, solicitaram ajuda aos idumeus, dando-

¹⁹ Flávio Josefo (*BJ*, III, 242; III, 244) descreve com muitos detalhes a disciplina militar romana e a forma como as legiões marchavam durante um ataque.

lhes acesso à cidade, e estes, quando se encontraram em Jerusalém, pouparam o povo da camada baixa e dirigiram seus ataques contra os altos sacerdotes. Enquanto isso, na Judeia e nos arredores de Jerusalém, Vespasiano intensificava o processo de dominação da Palestina, cercava aldeias e cidades próximas a Jerusalém, matava e escravizava vários judeus, sobretudo pobres e rebeldes enquanto poupava os ricos. A contrapelo, o banditismo se espalhava pela Judeia. Tomem-se como exemplo os sicários, que saquearam a cidade de Engedi e levaram despojos para Massada. Contudo, a morte de Nero adiou os planos de Vespasiano, que se viu envolvido na disputa pelo comando do Império e retornou a Roma. O segundo problema foi a cisão entre os rebeldes. É o indicativo da complexidade da insurreição; os zelotas, por exemplo, se dividem, um grupo fica ao lado de João, outro fica com certo Eleazar. As colisões entre rebeldes são muitas, até os idumeus, que haviam prestado auxílio em dado momento, se retiram devido a conflitos com os zelotas. Ao longo dos anos, os rebeldes incorporaram nas suas fileiras uma quantidade expressiva de revoltosos, era um movimento nada homogêneo, e abarcava uma variedade de chefes de bandos que, como vimos, eram pretensos messias e ambicionavam o controle de Jerusalém (e do *ethnos* judaico). Destes, grande protagonismo teve o rebelde Simão, filho de Giora. Simão tinha sido expulso de Jerusalém por Anano, e se juntou aos rebeldes que ocupavam Massada e ganhou força e fama nas aldeias e cidades vizinhas. Aos poucos, em preparação para retornar a Jerusalém, aumentou seu bando, incorporando escravos, ladrões e rebeldes; saqueava propriedades e escondia os espólios em cavernas na região de Faram. Tempos depois, quando conseguiu retornar a Jerusalém, entrou em colisão com João e os zelotas, transformando as ruas e bairros em um tipo de guerrilha, até o Templo virou um palco sangrento, pois estava sob controle de João e seu partido, enquanto Simão ocupava o pátio e arredores.

Apesar do cenário fratricida, ambos os lados tinham base social semelhante e se dinamizam a partir de uma perspectiva de classe. Suas fileiras são formadas pelos explorados pelos romanos e a classe dominante judaica. João e Simão foram chefes de rebeldes que lutaram por libertação, e a divisão entre eles se encerrou quando Vespasiano, então na condição de imperador, envia seu filho Tito para devastar a Judeia. Portanto, com o avanço estrangeiro – Tito reuniu quatro legiões para marchar sobre Jerusalém – os movimentos de libertação novamente se conectam. Simão e seus partidários, que estavam nas muralhas, enfrentam os romanos e solicitam a ajuda de João, de modo que ambos os partidos resistiram até quando foi possível. Encurralados na Fortaleza Antônia,²⁰ após Tito

²⁰ A fortaleza foi construída por Herodes para segurança, defesa e vigia do Templo de Jerusalém; o nome é uma homenagem a Marco Antônio, que foi seu protetor.

derrubar os dois primeiros muros e marchar triunfalmente em Jerusalém, o próprio Flávio Josefo tentou, sem sucesso, a rendição dos rebeldes; o episódio, narrado por ele mesmo, traz um detalhe singular: diz que os romanos estão ali para receber tributos. Aceitando-se isto, o problema estaria resolvido; no entanto, foi tal prática exploratória que potencializou o banditismo social na Palestina. E, naquela altura, Josefo (*BJ*, V, 416) já não acreditava mais na vitória dos que lutavam por libertação: “Embora seja glorioso combater para defender a própria liberdade, mas depois de tê-la perdido, e obedecido durante longo tempo, querer sacudir o jugo é mais trabalhar para perecer miseravelmente, do que se libertar da servidão”.

Os fatos subsequentes, pormenorizados em *A Guerra Judaica*, extrapolam os limites deste texto. No entanto, alguns são importantes destacar: Tito ergueu um muro ao redor da cidade e iniciou o massacre final; as legiões desfiguraram os arredores; miséria, fome e morte pesaram em toda a Jerusalém; os romanos conquistaram o terceiro muro e a Fortaleza Antônia; o Templo virou campo de batalha; Tito chegou inclusive a se reunir com João e Simão, mas a cidade foi entregue aos soldados para ser destruída. Os romanos, nos arredores, até sofreram alguns ataques por grupos de bandidos das proximidades, mas sem efeito algum no desfecho do cerco. Os rebeldes que sobreviveram se esconderam nos esgotos entre cadáveres; João foi preso nessa situação, enquanto Simão preferiu se entregar. Tito, após queimar a cidade, levou os dois chefes ao lado de outros tantos rebeldes para exibição em Roma. Segundo Josefo, Simão teria sido considerado o principal chefe dos insurretos e, por fim, foi obrigado a desfilar como escravo até o Templo de Júpiter Capitolino onde foi executado diante de Vespasiano.²¹

De acordo com Richard Horsley e John Hanson (1985, p. 83), os combatentes da guerra contra Roma em grande parte são os grupos de bandidos, isto é, o banditismo social começa como revolta camponesa e paulatinamente adquire certa consciência e, com contornos messiânicos em alguns casos, se transformou em luta por liberdade.

The points to be recognized here are (1) in the midst of the revolt against Rome, social banditry was the distinctive social form taken initially by the escalating peasant revolt in Judea, but (2) it was an intermediate form through which the Judean peasantry passed on into the more politically conscious, and more distinctively Jewish, social forms of peasant communal government (the Zealots), and messianic movement (the restoration of popular kingship under Simon bar Giora).

²¹ Poucos anos depois, em 73, Flávio Silva, que governava a Judeia, atacou Massada, que estava sob comando dos sicários chefiados por Eleazar; durante o cerco, ao perceber que seria impossível resistir, após atritos convenceu a todos que o suicídio seria melhor que ser escravizado pelos romanos. Segundo Josefo (*BJ*, VII,534-538), novecentos e setenta dos que ali estavam se mataram, e, quando os romanos entraram, sete pessoas estavam vivas, pois tinham se escondido num aqueduto. O livro VII ainda narra outras perseguições aos sicários em outras localidades.

Como *A Guerra Judaica*, de Flávio Josefo, é uma narrativa para apontar os culpados pela ruína do *ethnos* judaico, e o autor não cansa de atribuir isso ao partido zelota – João de Gischala, inclusive, tinha sido um rebelde que, no passado, incomodara Josefo na Galileia –, e a fim de desconstruir a perspectiva messiânica dos chefes rebeldes, Josefo acusa como equívoco interpretativo atribuir esse papel a algum judeu, chegando ao ponto de aventar que as escrituras se referiam a Vespasiano, que durante a guerra se tornou imperador.²² Vespasiano é o messias de Josefo (*BJ*, VI, 476), enquanto João de Gischala, ou Simão, filho de Giora, não passavam de rebeldes radicais, ou seja, o enviado divino estaria entre os dominadores, na classe dominante, não nas fileiras campesinas ou bandidas.

Considerações finais

Apesar do caráter polêmico, entendemos que a luta de classes ainda merece destaque como categoria para o estudo da História. Não se trata, evidentemente, de imaginar que tal antagonismo teve a mesma dinâmica em todas as épocas, porém, todas as formações sociais são constituídas por classes em movimento dialético, posto que ocupam lugares distintos na relação de produção. Toda luta travada no âmbito político, religioso, etc., é expressão das lutas entre classes sociais. Isto pode ser observado em uma sociedade agrária pré-capitalista, como é o caso da Palestina, caracterizada por um Estado despótico (aristocracia e elite sacerdotal) que controlava a posse da terra e a exploração (produção de excedente e tributos) das comunidades campesinas (grupos sociais subalternos). Às contradições dessa relação social somou-se o elemento estrangeiro (Roma) que comprometeu o equilíbrio do *ethnos ton Ioudaion*, potencializando ainda mais o antagonismo de classes, isto é, as classes subalternas passavam a sofrer com um dominador local e um estrangeiro. E, conforme podemos observar, foram esses grupos subalternos (camponeses explorados, os sem-terra, os sem trabalho) que entraram em conflito com as classes dominantes, num primeiro momento como luta pela vida para superar a fome e a exploração (banditismo social) e que se transformou em luta por libertação e controle do *ethnos ton Ioudaion*, um devir que os colocou em situação desfavorável diante de um inimigo em melhores condições materiais, conforme observado na guerra contra os romanos. Enfim, os homens fazem a sua história, mas, não a fazem da forma como gostariam, e a liberdade tem sabor de realidade.

²² No *Apocalipse*, de João (17, 1-2), outra fonte da época e possivelmente escrita no contexto da guerra, Roma foi definida de forma bem diferente, ela é a “grande prostituta, a que se senta sobre muitas águas, com quem os reis do mundo fornicaram; e os habitantes da terra foram embebedados com o vinho da fornicção dela”; ainda que o texto seja cheio de simbolismos apocalípticos, a passagem é uma crítica à relação estabelecida entre judeus e os dominadores romanos.

Referências

Documentação textual

- BÍBLIA. *Novo Testamento*. Tradução Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018/2019. 2 v.
- FLAVIO GIUSEPPE. *La guerra giudaica*. Roma: Fondazione Lorenzo Valla/Arnaldo Mondadori, 2009. 2 vol.
- FLÁVIO JOSEFO. *A guerra dos judeus contra os romanos*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

Obras de apoio

- ASLAN, R. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CROIX, G. E. M. de Ste. *La lucha de clases en el mundo griego antiguo*. Barcelona: Crítica, 1988.
- CROSSAN, J. D. A vida do Jesus histórico. In: CHEVITARESE, A.; CORNELLI, G. (org.). *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 13-30.
- DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 63-78, 2007.
- DESIDERI, P. La romanizzazione dell'Impero. In: CLEMENTE, G.; COARELLI, F.; GABBA, E. (ed.). *Storia di Roma: L'Impero Mediterraneo*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, p. 577-626. v. II.
- DOBRORUKA, V. Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia. JOLY, F. D. (org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 119-163.
- FIRPO, G. I Giudei. CLEMENTE, G.; COARELLI, F.; GABBA, E. (ed.). *Storia di Roma: L'Impero Mediterraneo*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, p. 527-552. v. II.
- GARRAFFONI, R. S. Os bandidos entre os romanos: leituras eruditas e percepções populares. *História*, v. 26, n. 1, p. 133-151, 2007.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2019. 3 v.
- HOBBSAWM, E. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HORSLEY, R.; HANSON, J. *Bandits, prophets, and messiahs*. Minneapolis: Winston Press, 1985.
- JOSSA, G. *Gesù e i movimenti di liberazione della Palestina*. Brescia: Paideia, 1980.

- LO CASCIO, E. Le tecniche dell'amministrazione. In: CLEMENTE, G.; COARELLI, F.; GABBA, E. (ed.). *Storia di Roma: L'Impero Mediterraneo*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, p. 119-191. v. II.
- KAUTSKY, K. *A origem do cristianismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MAZZARINO, S. *L'Impero Romano*. Roma: Laterza, 2010. v. 1.
- MENDES, N. M. A tipologia do domínio imperial romano em debate. In: CHEVITARESE, A.; CORNELLI, G. (org.). *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 133-144.
- MOMIGLIANO, A. *De paganos, judíos y cristianos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- ROCHA, I. E. Dominadores e dominados na Palestina do século I, *História*, n. 23, v. 1-2, p. 239-258, 2004.
- SCHIAVONE, A. *Uma história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SHAW, B. D. O bandido. In: GIARDINA, A. (org.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992, p. 249-280.